



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS

ATA DE REUNIÃO		
Membros efetivos presentes:	Freddy Carvalho Pitta Lima – Juiz de Direito (Coordenador) Leonardo Rulian Custódio – Juiz de Direito Janaína Barreto de Castro – Servidora (Secretária de Gestão de Pessoas) Sara dos Santos Teles - Servidora Robson Matos da Gama - Servidor Marcus de Souza Reis - Servidor	Data: 25/06/2020
Participante(s):	Adriana Sales Braga - Juíza de Direito (representante da AMAB) Valmy Gomes Guimarães - Servidor (representante do SINPOJUD)	

Início: 10:20h	Fim: 11:50h	Local: transmissão por videoconferência (<i>Lifesize</i>)
-----------------------	--------------------	--

EVENTO	ITEM	PONTOS DISCUTIDOS
14ª Reunião do CGP	1	Aprovação da Minuta de Proposta de Resolução sobre Teletrabalho;
	2	Definição dos próximos temas de trabalho do Comitê;
	3	Apresentação do resultado final da pesquisa sobre teletrabalho;
	4	O que ocorrer.

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos do Comitê de Gestão de Pessoas acima citados e da magistrada Dra. Adriana Sales Braga, representando a AMAB, assim como do servidor Valmy Gomes Guimarães. Ausente justificadamente, por motivo de doença, o servidor Luiz Cláudio da Silva Oliveira, representante do SINTAJ.

Dr. Freddy Carvalho Pitta Lima saudou a todos e ressaltou tratar-se da 3ª reunião do mês de junho. Em seguida, perguntou aos presentes se havia alguma retificação a fazer na ata da 13ª reunião, realizada no dia 08/06/2020. Não havendo nada a acrescentar, a ata foi aprovada por unanimidade.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS**

Em seguida, passou a palavra ao Dr. Leonardo Rulian Custódio para que conduzisse a reunião, cujo principal item da pauta era a aprovação da Minuta de Proposta de Resolução sobre Teletrabalho.

1. APROVAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO SOBRE TELETRABALHO

Após saudar a todos, Dr. Leonardo disse que a minuta de proposta de resolução fora totalmente atualizada com base nas informações da pesquisa sobre teletrabalho, pontuando que eram recebidos resultados parciais quase que diariamente, tendo havido duas reuniões com os servidores Robson e Sara para atualização da minuta com base nas informações desse período, e que após foi enviada para análise do Comitê.

Tendo sido analisada por todos e não havendo até o presente momento nenhuma impugnação, o magistrado sugeriu, já expressando seu voto, que a proposta seja encaminhada aos órgãos competentes, até pela necessidade que o Tribunal tem de regularizar a questão, enfatizando que a minuta já está pronta para sair do Comitê.

Dr. Freddy informou que leu toda a minuta, sendo que na última revisão realizada não havia nenhum retoque a fazer, votando por encaminhar a proposta do jeito que se encontra, sem nenhuma retificação, cabendo a partir de agora aos órgãos do Tribunal de Justiça, à SEGESP, à Comissão de Reforma, que a façam, pois não havia nada mais a acrescentar ou a retirar.

Dra. Adriana Sales Braga disse que acreditava que a proposta também passaria pela Corregedoria, já que se trata de teletrabalho, que influencia exatamente em carga horária de servidor e forma de trabalho de servidor e magistrado. Ainda ressaltou que o trabalho foi muito bem feito pelo Comitê.

Dr. Freddy colheu os votos de todos os membros, abrindo também para que os representantes presentes pudessem se manifestar, tendo Dra. Adriana agradecido pela atenção e consideração com a classe dos magistrados e com os servidores também, afirmando que isso é muito importante e que foi uma participação muito democrática. Acrescentou que leu toda a minuta e que está aprovada. O servidor Valmy Gomes Guimarães também agradeceu pela extensão do direito de voto a todos, informando que vem acompanhando desde o início, não possuindo nada a modificar.

Após, Dr. Freddy declarou aprovada a Minuta de Proposta de Resolução para a Implantação do Teletrabalho no PJBA, autorizando o encaminhamento à Presidência do PJBA. Na oportunidade, o Juiz Coordenador parabenizou a todos e também se dirigiu àqueles que trabalharam diretamente em sua elaboração, citando o magistrado Leonardo e os servidores Robson e Sara.

Dr. Freddy determinou também o envio da minuta e do resultado final da pesquisa ao Grupo de Trabalho Eficiência, em atendimento à solicitação encaminhada através do e-mail institucional. O magistrado sugeriu o encaminhamento da minuta e da pesquisa



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS**

ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para dar conhecimento do trabalho realizado pelo Comitê de Gestão de Pessoas do PJBA.

Nesse ponto, Dra. Adriana sugeriu que fosse encaminhada como uma consulta, tendo em vista que já existe o procedimento n.º 0006711-84.2019.2.00.0000, o qual possui um estudo elaborado pelo CNJ. Em seguida, Dra. Adriana ponderou, sendo acompanhada por Dr. Freddy, que seria melhor a Presidência do PJBA realizar esse encaminhamento.

Dada a palavra à servidora Sara dos Santos Teles, ela informou que no SIGA/CGP há os processos n.º TJ-CNJ-2018/60566 e TJ-CNJ-2019/73574, oriundos do CNJ, referentes à implantação do teletrabalho nos tribunais, e que o Comitê poderia responder nesses processos, encaminhando-os à Presidência.

Dr. Leonardo questionou se a nova resolução seria juntada aos autos TJ-OFI-2018/04014, os quais encaminharam a minuta anterior, em 2018, ou se seria um processo novo. Pela servidora Sara foi sugerido um novo processo e que no ofício fosse feita a referência ao processo anterior, e caso o órgão responsável pelo andamento entendesse diferente poderia apensar os autos.

Quanto ao encaminhamento da minuta às pessoas que solicitarem, Dr. Freddy ponderou que não é o papel do Comitê disponibilizá-la aos colegas, destacando que o CGP não fez nada escondido, mas que não vê nada demais em dar conhecimento, ressaltando, inclusive, que todos têm acesso à minuta. Por fim, sugeriu que a proposta de resolução não fosse divulgada em grupos.

Pela servidora Sara foi dito que, na fase de elaboração, todos os sindicatos e a AMAB tiveram acesso à minuta, sugerindo apenas que seja disponibilizada a minuta final aos servidores e magistrados após o encaminhamento e recebimento na Presidência do PJBA, sendo acompanhada por todos os presentes.

Pela servidora Janaína Barreto de Castro foi dito que é importante ressaltar que não é uma resolução ainda, mas que é uma proposta de resolução. Neste ponto, Dr. Leonardo sugeriu que no título do documento, onde se lê “Minuta de Proposta de Resolução”, a fonte fosse colocada em negrito com sublinhado, para destacar bem que se trata de uma proposta.

Comentando o teor da minuta, Dra. Adriana informou que adiantou aos magistrados que a perguntaram que, possivelmente seria dado direito de voto a todos na Comissão de Gestão do Teletrabalho, expressando que ficaram felizes com a notícia.

Em seguida, Dr. Freddy declarou que estavam concluídas as atividades do Comitê relacionadas aos teletrabalho.

2. DEFINIÇÃO DOS PRÓXIMOS TEMAS DE TRABALHO DO COMITÊ



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS

Dra. Adriana sugeriu que fosse discutida a questão do turno, com a realização de um estudo, considerando-se que vários tribunais o adotam como medida de economia e também da eficiência, sendo que, em vez de dois turnos com 08 horas, tivesse um turno de 07 horas seguidas, com intervalo apenas para um lanche. Prosseguiu informando que o turno tem dado certo em muitos tribunais.

A servidora Janaína informou que essa questão está judicializada. Dr. Freddy completou dizendo que o caso está judicializado no SFT e que há uma liminar em vigência dizendo que não pode ser implantado o turno na Bahia. Prosseguiu afirmando que, no momento, não vê viabilidade para implantação. Dr. Leonardo então ponderou que é um tema interessantíssimo, mas que diante disso não há tanta eficácia em discuti-lo porque não terá uma forma de saída do âmbito do Comitê, tendo em vista a ação em curso no STF.

Em seguida Dr. Freddy mencionou que na ata da 3ª reunião do Comitê, realizada em 13/01/2020, os membros do Comitê consignaram os temas que seriam trabalhados no biênio 2020-2023.

A servidora Sara informou que nessa reunião os membros do Comitê elegeram como temas a serem sugeridos à próxima gestão: Teletrabalho, Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, Código de Ética, Desempenho de Servidores e Gestores (treinamento/capacitação), Lotação de Servidores (aprimoramento da TLP) e Pesquisa de opinião/valorização do ambiente de trabalho (pesquisa de clima organizacional). Ela prosseguiu dizendo que, em sua opinião, as prioridades seriam a elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas e dar andamento ao processo TJ-COI-2016/12168, que foi encaminhado ao Comitê de Gestão de Pessoas em 20/06/2018, o qual trata da elaboração da Minuta de Regulamento das Atribuições de Cargos do Quadro de Servidores do PJBA. A servidora pontou que é um processo oriundo da Comissão de Reforma Judiciária, Administrativa e de Regimento Interno.

O servidor Valmy disse que solicitou à servidora Leila as atas das reuniões que trataram das atribuições dos cargos, e que estiveram presentes o servidor Amílcar, Assessor da SEGESP, e também alguns representantes do SINTAJ e do SINPOJUD, sendo de suma importância esse material para que se possa dar continuidade a esse trabalho, que foi interrompido em janeiro deste ano.

Dada a palavra ao servidor Marcus, ele disse que ainda não recebeu nenhum material das discussões anteriores que trataram das atribuições dos servidores, sendo necessários esses documentos para seguir com base no que já tinha sido feito. O servidor ressaltou que também serão discutidas as atribuições dos técnicos, cujo cargo exige o nível médio completo (antigo 2º grau). Conforme ele destacou, é importante verificar o que diz a LOJ atual sobre as atribuições dos técnicos, a fim de que outros normativos, como um edital de concurso, não venham de encontro às atribuições previstas na LOJ, prejudicando o servidor. Ele prosseguiu dizendo que se elevar as atividades, então se elevariam todos os técnicos para nível superior, como aconteceu com o cargo de oficial de justiça e administrador, conforme exemplificou, os quais exigiam o 2º grau e passaram a exigir o nível superior. Então, já que LOJ iria alterar as atribuições, que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS

também fossem modificadas as exigências para assumir o cargo, uma vez que o cargo está atrelado às atribuições, com a devida retribuição financeira.

O servidor também pontuou a questão da Resolução n.º 18/2017, que ficou para a Diretoria de Primeiro Grau realizar um estudo sobre o acervo elevado, acúmulo de trabalho, condições de saúde e o reduzido número de servidores nas Comarcas de Entrância Inicial (Ata da 6ª Reunião do CGP – 09/03/2020), a fim do PJBA verificar a possibilidade de designar um segundo escrivão. Marcus informou que os escrivães estão solicitando a resposta, pois já estão preparando um pedido de providências ao CNJ, até mesmo porque, na retomada, após a pandemia, haverá um acúmulo de serviço que agravará mais ainda a situação de saúde desses servidores, que estão sobrecarregados, atuando nos cartórios das comarcas de Entrância Inicial, respondendo por cartórios cíveis e criminais.

O servidor, por fim, sugeriu que as questões que foram discutidas em reuniões anteriores fossem trazidas à baila novamente.

Retomando a discussão sobre os novos temas para o segundo semestre, Dr. Leonardo sugeriu que antes de decidir as propostas fossem novamente convidados os representantes da Presidência e da Diretoria de Primeiro Grau para participar, como foi feito em relação ao teletrabalho, para que o Comitê definisse junto à Presidência e à DPG como poderão ajudar na consecução do novo projeto. O magistrado retomou também a discussão sobre o turnão, sugerindo que o Comitê poderia convidar representantes da OAB para discutir a questão.

A servidora Janaína informou que o turnão já foi apresentado como uma ação de retomada no período pós pandemia, na Reunião de Líderes Avançados – RLA, porque o Tribunal não poderá retornar com todo efetivo, além da situação financeira complicada, porém fora informada do processo no STF. Janaína prosseguiu mencionando que realizou uma pesquisa e verificou que um tribunal conseguiu instituir o turnão recentemente. De qualquer forma o retorno já será com carga horária reduzida, a previsão é que seja de 09h às 15h, porém poderá ser de outra forma também, concluiu a servidora.

No tocante à Resolução n.º 18/2017, Janaína informou que pode ver com Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima, Secretário-Geral da Presidência, e com Thais Fonseca Felippi Pimentel, Diretora de Primeiro Grau, as questões levantadas, para ver de que forma pode ajudar ou fazer uma ponte, a fim de que o Comitê seja sempre produtivo.

Dada a palavra ao servidor Robson Matos da Gama, ele pontuou que tem a parte específica que depende do Tribunal, mas também tem a parte genérica, que é o campo de atuação da Comitê, no qual se insere a elaboração de Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, que pode ser feita, independente da administração, que já tem interesse, na verdade, ponderou ele; e escolher uma outra que seja específica. Robson sugerir iniciar pelo plano estratégico e em seguida incorporar outras ações que sejam de interesse mútuo.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS**

Dr. Freddy destacou que já existe um plano elaborado no biênio 2018-2020. A servidora Sara informou que esse plano fora concebido inclusive com a colaboração da SEPLAN, contudo não fora discutido nem aprovado pelos membros do Comitê. Também ressaltou que algumas ações contidas no plano foram realizadas pela SEGESP, como a Casa do Servidor, entre outras, mas que o Comitê não participou nem acompanhou os projetos. Por fim, a servidora ressaltou a necessidade de o CGP retomar a análise desse plano, atualizando-o, sobretudo para se adequar à realidade atual de pandemia e pós pandemia.

Dr. Freddy propôs que todos lessem o plano estratégico de gestão de pessoas, solicitando a ajuda da servidora Janaína para que a ação tivesse efetividade.

A servidora Janaína então convidou a servidora Sara e também outros componentes da Comissão que queiram participar, para discutir o plano estratégico de gestão de pessoas. Dr. Leonardo também se dispôs a participar.

Para concluir, Dr. Leonardo pontuou que a atual composição do Comitê de Gestão de Pessoas foi formada em novembro do ano de 2019 e que poucos meses depois termina um trabalho como a minuta de proposta de resolução encaminhada e realização de uma pesquisa com a participação de 4 mil servidores, independente do recebimento de pagamento ou não, destacando que esse é o tipo de servidor público que queremos ser e que pode ajudar de alguma forma na consecução de uma país melhor.

O magistrado prosseguiu dizendo que está extremamente contente, pois foi um trabalho muito bem realizado por todos e com a contribuição de todos. Ele ponderou que: *“Ninguém contribuiu mais ou menos, quem chegou antes ou quem saiu, a exemplo de Márcia Cristie Leite Vieira, Juíza de Direito, que está no STJ, e da servidora Leila Lima Costa, que foi substituída pela servidora Janaína. Todos contribuíram enormemente no mesmo grau, independente da época que entrou no Comitê. Todos nós estamos de parabéns. Lembrando que ainda temos um longo trabalho pela frente”*. Dr. Leonardo também agradeceu pela atenção e confiança dispensada pelo Coordenador. Em resposta, Dr. Freddy agradeceu e parabenizou a todos.

Ao fim, os membros do Comitê deliberaram por escolher os novos temas de trabalho na próxima reunião.

3. APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PESQUISA SOBRE TELETRABALHO

Ressaltando que a pesquisa vai trazer muitos dados relevantes, Dr. Leonardo sugeriu analisar o resultado no início da próxima reunião, pois, conforme pontuou, ela dará base para vários projetos que serão realizados pelo Comitê. No ensejo, a servidora Sara destacou o excelente trabalho realizado por Yves Pavetto, Assessor da SEPLAN, na elaboração da apresentação da pesquisa.



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE
PESSOAS**

O magistrado também sugeriu que, após aprovação da Presidência, o resultado final da pesquisa fosse encaminhado aos demais comitês do PJBA, pois poderá embasar estudos em outras áreas, por se tratar de uma pesquisa muito completa.

Dra. Adriana ponderou que nessa pesquisa muitas pessoas fizeram observações sobre a necessidade de melhoria de internet, sistemas, equipamentos etc., mas acredita que a área de informática, paralelamente ao teletrabalho atual, está melhorando essa questão, que é uma demanda já antiga.

Nesse ponto, Janaína chamou a atenção que o atual teletrabalho, realizado por um percentual tão elevado de servidores, veio em razão do isolamento social necessário. Assim, nem as pessoas tinham equipamentos suficientes, nem o Tribunal estava com a tecnologia necessária para que fosse implantado o teletrabalho naquele momento, para atender à enorme demanda que surgiu repentinamente. Ela afirmou que tudo isso será ajustado, porque era algo não existia. A servidora prosseguiu dizendo que o número de reclamações sobre essa questão foi menor do que cogitara.

Robson informou que quando da elaboração do questionário, pensou-se que a pergunta sobre o suporte técnico teria o maior número de respostas sobre dificuldades que os servidores enfrentariam no teletrabalho, e não foi. Tem um número de respondentes alto, o segundo maior, mas na contagem geral não é um número significativo como o Comitê pensava que fosse.

Dr. Leonardo corroborou que a maioria dos respondentes demonstrou contentamento com a estrutura tecnológica do Tribunal. O magistrado informou que esse foi um dado que chamou a atenção do Comitê, pois não esperava que tivesse esse grau de satisfação tão alto.

Dra. Adriana concluiu dizendo que com a VPN o SAJ funciona muito bem. Dr. Freddy também afirmou que com a VPN consegue trabalhar bem e de forma rápida. Dr. Leonardo se manifestou no mesmo sentido.

Todos os presentes concordaram em postergar a apresentação da pesquisa para a próxima reunião ordinária, dia 06/07/2020.

4. O QUE OCORRER

Após aprovação, por unanimidade, das proposições, os membros presentes confirmaram que na próxima reunião ordinária, designada para o dia 06/07/2020, às 10h, será apresentado o resultado final da pesquisa sobre teletrabalho, bem como serão definidos os temas para discussão no semestre 2020.2.

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião.

Salvador/BA, 25 de junho de 2020.